

O CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA-PR: TRAJETÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA

The Public Center for Solidarity Economy in Londrina – PR: the trajectory of a pioneer experience

Priscila Terezinha Aparecida Machado¹
Jéssica Pereira de Mello²

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o percurso do Centro Público de Economia Solidária da cidade Londrina, um dos pioneiros do país. O foco da pesquisa se concentrou na evolução, principalmente no que se refere a seus avanços, impasses e contradições, além de abordar as perspectivas futuras de acordo com os representantes formais do Centro Público. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, tendo como estratégia o estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e observação não participante. Como principais resultados, ressalta-se a alteração do discurso ao longo do tempo, relativizando-se os resultados alcançados, considerando que estes estão distantes dos objetivos originais dos Centros Públicos de Economia Solidária.

Palavras-chave: políticas públicas, economia solidária, centro público de economia solidária.

Abstract

This study aims to analyze the course of Londrina's Public Center for Solidarity Economy, one of the country's pioneer Centers. The research focused on its development, especially with regard to its progress, dilemmas, and contradictions, in addition to addressing future prospects according to the formal representatives of the Public Center. This case study is qualitative in nature and used semi-structured interviews and non-participant observation for data collection. The main results emphasize a change in discourse over time, relativizing its achievements, which are considered far away from the original objectives of the Public Centers for Solidarity Economy.

Keywords: public policies, solidarity economy, public center for solidarity economy.

¹ Possui Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil. Graduação em Administração de Empresas com Habilitação em Agronegócios pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio - FAFICOP, Brasil. E-mail: priscilamch@hotmail.com

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, nível doutorado. Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil. Graduação em Psicologia pela mesma universidade. E-mail: jessica.mello907@gmail.com

Em busca de alternativas para a empresa capitalista tradicional, vêm surgindo outros modelos organizacionais, com destaque para os empreendimentos de Economia Solidária (ES). Essas iniciativas idealizam novas formas de convivência e de organização, amparadas na cooperação, na equidade, na sustentabilidade e na solidariedade, e vão na contramão do modelo hegemônico (capitalista) e suas consequências, que vêm resultando num processo de concentração econômica sem igual, crise ambiental e empobrecimento da sociabilidade.

Os modelos de ES se apoiam nas relações de mutualidade e de reciprocidade no lugar da competição e do individualismo inerentes à lógica capitalista. Buscam construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, que consigam integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo para o aprimoramento do tecido social e do ser humano, além do enriquecimento dos relacionamentos e ganho comunitário (Luzio-dos-Santos & Borinelli, 2010).

A partir de 2003, essas iniciativas passaram a contar com o apoio direto do Estado, por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que passou a desempenhar um papel de incentivador da ES, fomentando programas, ações e estratégias, tais como os Centros Públicos de Economia Solidária (CPES) espalhados por vários lugares do Brasil com intuito de estimular os empreendimentos econômicos solidários (EES) (Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES], 2012).

Este estudo se justifica, uma vez que, em 2015, a cidade de Londrina completou o marco simbólico de dez anos de implantação do Programa Municipal de Economia Solidária (PMES), que surgiu com o intuito de fomentar e impulsionar iniciativas de ES como forma de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, que tem na criação do CPES uma das suas mais expressivas estratégias. Após uma década, é possível fazer um balanço da trajetória do programa, com os seus avanços, limitações e perspectivas

futuras. Diante do exposto, tem-se como problema de pesquisa analisar como vem se desenvolvendo o percurso do Centro Público de Economia Solidária em Londrina?

Para tanto, este trabalho divide-se em cinco seções. A primeira delas é a presente introdução; posteriormente, apresentam-se os procedimentos metodológicos e a fundamentação teórica, com a discussão da ES dentro do contexto capitalista. Em seguida, faz-se a discussão dos resultados apurados e, por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, visto que esta permite que o pesquisador se aprofunde na questão a ser investigada e possa perceber com maior riqueza o fenômeno estudado, dada a sua complexidade e forte carga de subjetividade (Évora, 2006). A escolha qualitativa, portanto, se faz necessária, pois busca relatar a história e configuração do PMES e do CPES a partir do discurso dos seus principais dirigentes e por meio de observação *in loco* (Godoi, Mello, & Silva, 2006). Foi utilizado como estratégia o estudo de caso, pois visa compreender uma realidade específica, que é a do CPES. Baseando-se em Godoy (2006, p. 121), entende-se que o “ (...) estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto da investigação”.

O estudo tem ainda um caráter exploratório e descritivo, “(...) a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação deste objeto” (Severino, 2011, p. 123). A pesquisa descritiva busca relatar os diversos fenômenos ou população, consistindo em um perfil de levantamento de coleta de dados, e observação sistemática, sempre relacionando os dados obtidos com os objetivos já apresentados (Silva & Menezes, 2005).

Como unidade de análise tem-se o CPES, que é um espaço físico de referência, apoio e comercialização de produtos provenientes de grupos de ES do município e que se propõe a disseminar a informação e capacitar e dar suporte aos empreendimentos. A escolha por Londrina é devida ao seu pioneirismo, conforme afirmam Borinelli, Gonçalves, Dutra, Luzio-dos-Santos e Ferreira (2012, p. 8): “Londrina foi um dos primeiros municípios a articular e implantar a Política Pública de Economia Solidária e a montar um CPES, financiado pela SENAES, o qual é referência para todo o país”. E também pela amplitude do programa, que atualmente conta com 138 pessoas distribuídas em 44 empreendimentos.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, que, segundo Godoi et al. (2006), é pertinente quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e delicado. As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015, respectivamente com a gerente de inclusão produtiva do CPES, que recebeu a codificação E₁, e a ex-assessora de gabinete, que tinha como uma das suas funções a coordenação do PMES, codificada como E₂. A seleção das entrevistadas se deu em virtude do amplo conhecimento a respeito da estrutura e configuração do CPES e do PMES.

Também foi realizada, durante o processo, a observação não participante, que, segundo Godoy (2006), inclui visitas de reconhecimento do local, observações feitas por ocasião da realização das entrevistas e outras situações a que o pesquisador tenha sido convidado, em que procura observar e registrar o máximo de ocorrências pertinentes a atender ao objetivo proposto. Foram realizadas visitas ao local tanto no dia das entrevistas quanto em momentos alternados, com a finalidade de conhecer a infraestrutura, funcionamento e a composição de relações sociais ali estabelecidas.

Quanto à análise de dados, as categorias definidas emergiram do objetivo estabelecido e foram correlacionadas com as perguntas da entrevista. Para Carvalho (2012), a definição das

categorias de análise em qualquer pesquisa é sempre um processo complexo, porque depende de muitos fatores. As categorias precisam de ancoragem na fundamentação teórica utilizada, mas também precisam estar em harmonia com os dados coletados durante a pesquisa. Sendo assim seguem as categorias pré-definidas correlacionadas com as questões da entrevista:

Quadro 1. Categorias e questões utilizadas na pesquisa.

Categoria de análise	Questões relacionadas
Evolução e características.	1) Fale sobre a estrutura administrativa, sobre a forma de gestão e como as decisões eram tomadas
Avanços e desafios no trajeto	2) Quais os principais avanços e desafios neste período?
Expectativas e Projeções	3) Qual era a projeção de crescimento/expansão para o CPES
	4) Como você avalia a trajetória histórica? O que mudou na sua gestão tanto antes como depois?
	5) O que você acredita que foi sua principal contribuição durante esse período?
	6) Entre realidade e expectativas, a trajetória foi essa, era o que se esperava?

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após a análise dos dados foi realizada a transcrição na íntegra das entrevistas com o auxílio do *Express Scribe Transcription Software*, obtido através do link <http://www.nch.com.au/scribe/>. Após este momento, as categorias de análise definidas foram relacionadas às falas das entrevistadas, procurando obter maior riqueza e consistência das análises.

Fundamentação Teórica

Tendo por base o alcance do problema de pesquisa, que busca analisar como vem se desenvolvendo o percurso do CPES em Londrina, a fundamentação teórica traz as principais abordagens e conceitos que dão sustentação às análises sobre a ES e, mais especificamente, sobre o papel e a trajetória desempenhada pelos CPES.

Economia Solidária e o Contexto Capitalista

O capitalismo tem sido caracterizado pela prosperidade e crescimento econômico acelerado, levando a um aumento na renda e melhores condições de vida. Entretanto, o mesmo sistema é responsável por alguns dos maiores males da modernidade, com destaque para o aumento da concentração de renda, pobreza endêmica, colapso ambiental e enfraquecimento das relações sociais. Yunus (2008, p. 19) evidencia o problema da má distribuição da renda global, em que “94% da renda mundial vai para 40% da população, ao passo que os outros 60% têm que viver com somente 6% da mesma renda”, criando uma grande desigualdade no processo de desenvolvimento. Essas contradições têm-se acentuado particularmente a partir da década de 1990, aumentando a polarização entre ricos e pobres e a sobreposição do econômico sobre o social e ambiental. Esse mal-estar vem conduzindo a novas alternativas produtivas e de sociabilidade, que buscam ser mais solidárias, justas, democráticas e sustentáveis.

Wood (2001) corrobora essa ideia e destaca que as contradições e fraquezas do capitalismo estão cada vez mais transparentes, tornando-se distante a ideia de um capitalismo humano, democrático e ecologicamente sustentável, pois suas bases estão apoiadas sobre premissas econômicas insustentáveis, em que os imperativos do mercado não permitirão que o capital prospere sem se servir da exploração e degradação do meio ambiente.

Por isso, Sousa Santos e Rodríguez (2003) destacam duas razões para pensarmos e lutarmos por alternativas econômicas e sociais neste século. Considerando que o capitalismo ganhou uma proporção nunca antes vista, as pessoas acabam aceitando que não há alternativas a ele e se conformam com todas as suas iniquidades como se fossem naturais e inevitáveis. O segundo motivo consiste na reinvenção de alternativas (no plural) que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas, centralizando a atenção

simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório, com base na igualdade e solidariedade juntamente com a preservação do meio ambiente.

Neste sentido, os autores supracitados defendem a ideia de múltiplas alternativas. Não mais acreditam em modelos perfeitos capazes de neutralizar todos os males e de nos conduzir a uma sociedade com bem-estar pleno, mas defendem a convivência com múltiplas e variadas alternativas, abrindo-se espaço para a experimentação e para o confronto de ideias, em que as melhores se reproduzirão sem, contudo, serem monolíticas. Essas alternativas apresentam variância quanto a sua relação com o capitalismo, sendo que umas são compatíveis com o sistema de mercado, outras resistem ao modelo capitalista, mas ainda assim convergem na busca por alternativas mais justas e sustentáveis (Sousa Santos & Rodriguez, 2003).

Quanto às alternativas, destacam-se as cooperativas de produção, as iniciativas de economia solidária, o associativismo, o microcrédito, os movimentos sociais, os ecológicos, os feministas, as organizações comunitárias, além de novas práticas de gestão pública, mais participativas e democráticas. Nesse vasto universo de iniciativas, se sobressaem as cooperativas que possuem como valores a autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. O cooperativismo, desde a sua origem, sofreu profundas transformações. Primeiramente foi cooptado pelo modelo capitalista, que transformou boa parte dessas iniciativas em extensões das empresas capitalistas tradicionais. Diante desse impasse, vem ressurgindo um reavivar dos ideais cooperativos, uma busca por recuperar os princípios originais, mas fazê-lo à luz da realidade contemporânea e do aprendizado histórico (Sousa Santos & Rodriguez, 2003).

A retomada do cooperativismo original à luz do contexto contemporâneo tem sido encampada pelo movimento da ES, a qual, de acordo com Singer (2002), pode ser definida como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência da

população, com especial enfoque nas comunidades mais carentes, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e ao bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Autores como Singer (2002), Conferência Nacional de Economia Solidária [Conaes] (2014), Pitaguarí e Câmara (2010) trazem a ES como um fenômeno resultante de um conjunto de experiências que questionam o sistema econômico capitalista e, por vezes, como instrumento de superação deste modelo. Todavia, outros autores, como Germer (2005), Gaiger (2002) e Amorim (2010), trazem uma outra perspectiva e apontam a ES como um mecanismo de resistência e crítica ao monopólio assumido pelo modelo capitalista de empresa.

Singer (2004) retrata a ES frente ao capitalismo, que surgiu através dos trabalhadores como forma de enfrentamento das mazelas sociais, e destaca a necessidade de um desenvolvimento mais solidário e justo. Apesar de recente, o autor afirma que, com o passar do tempo, a ES tende a se consolidar e alcançar dimensões maiores e que, também através dela, será possível uma emancipação social e democrática. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) também ratifica algumas considerações sobre o assunto: “(...) a economia solidária, ao contrário do capitalismo, propõe a tornar-se um novo sistema socioeconômico, uma economia social pós-capitalista cujas atividades tenham como fim a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social” (CONAES, 2014, p. 13-14).

Outros autores também elucidam que, embora a ES tenha algumas vantagens comparativas, ela ainda está distante de ser um modo de produção que venha se contrapor ao capitalismo. Germer (2005) delinea essa ideia ao apontar que a ES está inserida neste contexto capitalista e que, se, em uma visão hipotética, ela se desenvolvesse plenamente a

ponto que permanecessem apenas cooperativas, estas por si só entrariam em um processo de concorrência e com isso continuaria havendo vitórias e fracassos.

A ES vem se apresentando nos últimos anos como uma alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (Singer, 2002).

Essas práticas econômicas vêm sendo fomentadas por meio de políticas públicas endossadas pela SENAES. Uma das estratégias mais emblemáticas é a criação dos CPES espalhados por vários lugares do Brasil (SENAES, 2012). Um desses, por sua vez, é a unidade de análise deste estudo e, a seguir, será apresentada uma breve contextualização de sua história na cidade de Londrina.

Centro Público de Economia Solidária da Cidade de Londrina: a história

No Brasil, o principal marco do processo de Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) ocorreu em 2003, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou no Fórum Social Mundial (FSM) o compromisso de criar a SENAES, sob a direção de Paul Singer, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da ES mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção de um desenvolvimento justo e solidário, concentrando-se na implantação dos CPES. Eles surgiram como uma das principais estratégias de expansão de PPES a partir de parcerias com entes públicos no sentido de formar uma rede de CPES, em que as diferentes políticas de ES poderiam ser integradas (SENAES, 2012).

A proposta de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária amadureceu a partir do diálogo da SENAES com a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária e com o FBES, no âmbito de um GT criado em 2005 para tratar do tema das Políticas Públicas. Desde então, os Centros Públicos de Economia Solidária fazem parte de uma estratégia nacional da SENAES, objetivando um processo de integração das iniciativas de ES com outras políticas públicas de geração de trabalho e renda e de superação da pobreza desenvolvidas por governos estaduais e municipais (SENAES, 2012, p. 54).

A partir disso, a SENAES assumiu um papel importante na articulação das Políticas Públicas (PP)s governamentais de ES, contribuindo com a relação de diversas estratégias que vêm sendo gestadas por iniciativa da sociedade civil, apoiando a implantação de CPES, dando oportunidade às administrações estaduais e municipais de constituírem espaço para a agregação das diversas iniciativas do campo da ES (SENAES, 2012).

Vale destacar que a unidade de análise da presente pesquisa foi uma das pioneiras. Londrina foi um dos primeiros municípios a articular e implantar a PPES e a montar um CPES, financiado pela SENAES, o qual se tornou referência para todo o país (Nishimura, 2005).

O programa de ES na cidade de Londrina teve suas raízes firmadas no município no ano de 2003 com o programa Fome Zero do Governo Federal, que foi lançado oficialmente em 24 de outubro de 2003. Naquele momento a cidade era administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o que criou uma proximidade maior com as diretrizes do Governo Federal. A partir disso e levando em consideração a realidade do município, iniciaram-se os primeiros passos na área da ES no âmbito da Prefeitura de Londrina (Nishimura, 2005).

Nishimura (2005) relata ainda que o marco inicial do Programa de Economia Solidária aconteceu dia 29 de agosto de 2002, com o I Encontro de Economia Solidária em Londrina;

nesse evento foram esboçadas as proposições futuras do programa. Em dezembro de 2003, foi realizada a 1ª Feira de Economia Solidária e Geração de Renda (FEISOL), que contou com várias parcerias, como a Provopar, Secretarias Municipais de Assistência Social, de Agricultura e Abastecimento, da Mulher, do Idoso, e apoio da Sercomtel, da Companhia de Desenvolvimento de Londrina, da Secretaria Municipal da Cultura, do Museu de Arte de Londrina e da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização.

Em agosto de 2005, o município de Londrina implantou efetivamente o PMES, resultado de um trabalho desencadeado por meio do Programa “Londrina Fome Zero” em 2003, que contemplava, em um dos eixos, a capacitação profissional e a geração de renda. A partir deste eixo, ações ligadas à ES começaram a ser desenvolvidas, passando a se configurar como integrantes de um programa municipal, de caráter intersetorial (Costa & Nishimura, 2010).

Neste contexto, Costa e Nishimura (2010, p. 126) destacam que “(...) com a diretriz nacional estabelecida e a partir da demanda local já instituída, o município de Londrina assinou em 2004 um convênio com o Governo Federal para a construção de um Centro Público de Economia Solidária”.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas no CPES, desde o seu início em fevereiro de 2007 e de sua inauguração oficial em junho de 2007, têm como base as prerrogativas estabelecidas no Termo de Referência Nacional, que é utilizado como orientação para a implantação dos CPES (Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], 2004).

Sendo assim, o CPES pode ser compreendido como a viabilização de espaços físicos em que possa ser:

Alojada a realização de um conjunto de atividades, sejam elas de instituições governamentais ou não governamentais, que tenham por objetivo o fortalecimento e fomento da economia solidária. Além disso, estes espaços podem contribuir para a

construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária, tanto dentro do próprio setor, quanto fora, no conjunto da sociedade” (MTE, 2004, p. 2).

Por fim, a partir dessa compreensão, em 28 de agosto de 2008, sancionou-se, em Londrina, a Lei nº 10.523/2008, estabelecendo um capítulo exclusivo ao CPES (Costa & Nishimura, 2010). A aprovação dessa Lei tornou-se um marco para a ES no município, visto que a Lei Nacional da Economia Solidária ainda não tinha sido aprovada. E não são todos os municípios que possuem essa aprovação, o que mostra que ainda há muito a ser desenvolvido.

Dando destaque para a Lei nº 10.523/2008, ficou estabelecido o perfil dos beneficiários, estipulado no Capítulo III do Art. 8º, que deverá ter um dos seguintes requisitos: estar desempregados e/ou se encontrar em situação de vulnerabilidade social e/ou ser procedentes da agricultura familiar e/ou se encontrar em situação de violência, e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários dos serviços de saúde mental. Ainda no mesmo capítulo do Art. 6º, está previsto que a ES ficaria vinculada à proteção social básica dentro da Assistência Social com o intuito de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Lei n. 10.523, 2008).

Diante do exposto destaca-se que a ES surge com o objetivo de reduzir as mazelas sociais a partir dos próprios trabalhadores dentro de um ideal de democratização econômica. Uma das estratégias utilizadas foi a criação do espaço físico do CPES, que serve como embasamento para uma reflexão crítica, levando em consideração a sua importância, a dedicação e a busca pelo crescimento e desenvolvimento dentro do município.

Sendo assim, após a fundamentação teórica, a pesquisa buscou relacioná-la como base de apoio para o entendimento das entrevistas realizadas, para assim compor a discussão dos resultados apresentadas a seguir.

Discussão dos Resultados

Através das falas das entrevistadas, a observação e o apoio do material bibliográfico, buscou-se alcançar as categorias pré-definidas, como a evolução e características do CPES, seus avanços e desafios durante o percurso e por fim as expectativas e projeções futuras. Em um primeiro momento procurou-se compreender a estrutura interna da organização.

Posteriormente, a descrição da trajetória da organização, evidenciando seus avanços e desafios, e, por fim, uma reflexão a respeito das expectativas vislumbradas pelo CPES.

Evolução e Características

O CPES é considerado um espaço físico de referência, de produção e de articulação da ES, auxiliando na formação e no desenvolvimento de empreendimentos solidários. É utilizado como espaço de comercialização para os produtos confeccionados pelos grupos e é responsável por abrigar o PMES.

Londrina teve duas pessoas responsáveis pela coordenação e o gerenciamento do CPES, sendo que ambas têm formação acadêmica em Serviço Social. A primeira responsável foi a entrevistada (E₁), que exerceu a função de assessora de gabinete desde a criação do programa até o ano de 2010 e tinha como uma das suas funções a coordenação do PMES.

Posteriormente assumiu o cargo de Diretora de Proteção Social Básica, que tem como umas das suas atribuições a Unidade de Inclusão Produtiva, que trabalha sob uma perspectiva da ES. Essa desvinculação, que ocorreu em 2010, se relaciona a fatores políticos e estratégicos da época em questão. Especificamente a partir desta data, as alterações acabaram gerando um impacto na ES no município, pois o cargo de coordenação, que tratava de assuntos a nível macro, deixou de existir.

Entendo que foi mais uma decisão política mesmo, é ... porque na época quando eu assumi essa responsabilidade, havia uma decisão política que naquele momento era importante (E₂ trecho 0:27M:55S).

A segunda responsável foi a entrevistada (E₂), que assumiu o cargo de gerente de inclusão produtiva do CPES em 2006. Atualmente este cargo sofre acúmulo de funções. A entrevistada E₁ descreve que, antes de 2010, a sua atividade era exclusiva da ES, realizando o acompanhamento, formação de grupos, ficando responsável por fomentar e monitorar as equipes. Mas a sua função foi ampliada, passando a tratar de assuntos como o programa de qualificação e a capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho, ocorrendo assim uma sobrecarga de trabalho e não dedicação integral ao PMES.

(...) então na medida em que você tem uma coordenação que tem uma dedicação exclusiva para questão do programa municipal economia solidária, você tem uma possibilidade de gestão, e quando você tem uma gerência de inclusão produtiva que não é específica pra isso, mas, por exemplo, também cabe hoje à gerência de inclusão produtiva trabalhar com as questões referentes à execução do Pronatec, é uma responsabilidade a mais que essa gerência assume, então isso acaba diluindo as atividades, ou essas responsabilidades, para outras tarefas e para outras ações (E₂, trecho 0:25M:02S)

Com esse reordenamento em relação ao cargo de gerência de inclusão produtiva, existem aspectos que podem ser prejudiciais, entre eles a dispersão, o acúmulo de tarefas e a sobrecarga.

Sendo assim, existem características que são inerentes à formação, e uma delas é o fato de a ES estar vinculada diretamente à estrutura da política de assistência social, sendo conduzido essencialmente por assistentes sociais, o que lhe dá, a priori, um caráter assistencial muito pouco alinhado com as prerrogativas de geração de trabalho e renda e de

autonomia produtiva. Entretanto, a entrevistada E₂, no trecho 0:13m:03s, afirmou que a ES não está vinculada diretamente ao departamento de Serviço Social, mas que se trata de um programa intersetorial.

Isso também é evidenciado pelos autores Borinelli et al. (2012), que, observam que a ES em Londrina a princípio teria a função de promover ações emancipatórias de fomento e apoio, mas que esse processo acaba por se confundir com programas de transferência de renda ou de terapia ocupacional voltadas para o assistencialismo, reafirmando o caráter de dependência desse público em relação ao governo municipal. Esse fato se reflete no perfil dos beneficiários do PMES. A entrevistada E₁ destaca que o programa prioritariamente atende a um público da assistência social que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

A gente trabalha com um público prioritariamente da assistência social, então são pessoas em situação de vulnerabilidade, e não estou falando de vulnerabilidade só de recorte econômico não, estou falando de vulnerabilidade social, estou falando de trajetórias de vida, é ... cheia de obstáculos, sem acesso à educação, sem acesso à saúde, sem acesso à cultura, sem acesso ao lazer, é muitas dessas pessoas que hoje fazem parte de algum empreendimento, nunca tiveram oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho (E₁, trecho 0:48M:50S)

Esse perfil vai de encontro ao estipulado no Capítulo III do Art. 8º da Lei 10.523/2008, do PMES de Londrina, conforme apresentado anteriormente. Dentro dessa perspectiva, Barbosa (2007) faz uma crítica às abordagens tradicionais de ES, que, ao quererem estimular o empreendedorismo coletivo por meio de grupos excluídos do mercado de trabalho convencional, com reduzida formação técnica e baixa autoestima em decorrência de anos de subserviência, induzem os grupos a criarem empreendimentos de ES, o que acaba por privatizar responsabilidades estruturalmente construídas. A autora defende que o ônus da exclusão social deve ser assumido coletivamente por toda a sociedade.

A dependência desse público do poder público é outra característica marcante. Destaca-se que a inserção da ES no município de Londrina surgiu através de iniciativas do poder público e não dos trabalhadores, como seria desejável. A entrevistada E₂ descreve esse momento:

(...) a economia solidária, no primeiro momento, acabou sendo pelo poder público via prefeitura, que entendia na época sua responsabilidade como poder público, em ter políticas públicas, das mais diversas áreas que viessem a enfrentar determinadas situações e, no caso, a possibilidade da organização e do fomento de outra forma de trabalho, ou via universidade, via organização de uma incubadora, então muito mais provocado, vamos pensar, pelo poder público e pela academia do que os trabalhadores organizados forçando ou tensionando (E₂, trecho 0:07M:28S).

Singer (2009), por sua vez, afirma que o Estado não deve ser responsável pela ES; ela deve ser iniciativa das pessoas e tornar-se independente de qualquer força externa. Só assim conduzirá à verdadeira emancipação dessas populações.

No entanto, percebe-se que a ideia de emancipação produtiva ainda é uma pretensão muito distante da realidade, pois a grande maioria dos grupos de ES é dependente do PMES e do CPES, criando um processo de circularidade em que a dependência destes grupos em relação ao Poder Público leva muitas vezes a certa acomodação e apatia, que se reflete na necessidade de maior apoio e assistência, reproduzindo-se a condição de dependência. Por outro lado, no entanto, o afastamento do Poder Público inviabiliza boa parte dessas iniciativas, considerando a sua carência crônica de recursos.

A emancipação e autonomia por parte dos empreendimentos ainda é um alvo a ser alcançado. As entrevistadas referem-se à ES na atualidade como um movimento contínuo e permanente (entrevistada E₁).

Todavia, Borinelli et al. (2012) buscaram analisar, entre outras questões, a desincubagem, que ocorreria quando um empreendimento encontra “autonomia financeira” para dar-lhe continuidade. Destacaram que, no ano de 2009, o prazo estabelecido para tal era de dois anos, embora houvesse ressalvas que essa questão de estabelecer um prazo rígido poderia prejudicar o processo de desenvolvimento dos grupos. Neste mesmo sentido, Martos (2013), alguns anos depois, traz um novo elemento, em que os dirigentes relatavam que esse prazo não seria possível de ser atingido de forma única para todos os grupos, pois eles teriam assimilações e realidades distintas. Sendo assim, cada grupo teria um tempo ideal e diferenciado.

Esse não delimitação de prazo de acordo com Relatório Final de Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária (2005 citado por Borinelli et al., 2012, p. 13) pontua que a “(...) falta de definição de prazos para a desincubagem dos empreendimentos pode criar uma relação de codependência entre a incubadora, neste caso, o PMES e os EES”.

Sendo assim, observa-se que houve uma alteração e relativização dos objetivos de desincubagem com o passar do tempo. Inicialmente havia sido estabelecido que os grupos ficassem incubados por um período de dois anos, mas com a inviabilidade destes grupos em caminharem sozinhos após esse período, os prazos foram progressivamente dilatados até o momento em que deixaram de ser considerados no processo de incubagem.

Se for levado em consideração todo o percurso, em que mais de oitenta grupos já passaram pelo PMES, observa-se que o único empreendimento relatado como “desincubado” refere-se à Padaria Comunitária PAMA, ou mais conhecida como Padaria Maravilha, localizada em um distrito pertencente à cidade de Londrina, que iniciaram as atividades em 2006 como um grupo incubado dentro do CPES (Luzio-dos-Santos, Vieira, & Borinelli, 2013).

Isso pode ser um indício da fragilidade do programa, que, ao invés de estimular estratégias que busquem a emancipação dos demais, o que a priori pode ser observado são justificativas de vínculos permanentes. Em sua maioria, os grupos continuam ligados ao programa por não terem alcançado autonomia financeira, criando uma relação de codependência com o PMES e com CPES.

Outra questão a ser levada em consideração é a renda. Existem, sim, outros aspectos subjetivos relevantes e importantes para os empreendimentos, mas o programa tem como um dos objetivos a geração de renda e isso não pode ser negligenciado.

(...) mais de sessenta por cento (60%) dos empreendimentos que hoje fazem parte do programa, o olhar deles nem está voltado para a questão da renda, está voltado para essa questão da pertença, ... Eu faço parte ... E sempre me perguntam isso, mas e a renda? É o suficiente, mas espera aí, o que é renda suficiente? O que é renda suficiente pra mim, o que é renda suficiente para você, o que é pra eles? De repente para ele, é a renda suficiente dele é poder participar deste movimento. É poder estar com essas outras pessoas, é ter a sua autoestima elevada (E1, trecho 0:51M:12S).

A entrevistada E₂ faz uma observação quanto à renda, destacando a sua importância e que ela é um dos fatores que interfere diretamente no tempo de permanência no programa.

Então a questão da renda ela é extremamente importante (...) até que empreendimento possa se desenvolver e ter certa estabilidade, vamos dizer assim, é ... então isso acaba dificultando, isso acaba também proporcionando que as pessoas busquem outras formas mesmo que se insiram, busquem outras formas de sobrevivência que são mais imediatas (E₂, trecho 0:58M:29S).

Outros autores como Luzio-dos-Santos e Borinelli (2010, p. 6) corroboram dizendo que “(...) nas organizações de ES existem ganhos que vão muito além do econômico, tais como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, noção crescente de

autonomia e de direitos cidadãos”. Borinelli et al. (2012) também ratificam a questão da autoestima, mas fazem um alerta dizendo que esses avanços não são o suficiente ou substitutivo de uma possível insustentabilidade econômica. Nesse contexto, Martos (2013) aponta que o que seria para gerar trabalho e renda não consegue ultrapassar o plano da assistência, enfraquecendo a própria ideia de ES como movimento emancipatório.

Diante disso, não se pode negar a importância dos ganhos não econômicos. Abrir mão do fator econômico é descaracterizar a própria proposta do PMES, que tem como principal finalidade a geração de trabalho e renda e garantir autonomia econômica às pessoas envolvidas. Se os grupos não conseguem atingir a emancipação e por assim ter autonomia financeira, isso é um indicativo de algum fator conflitante. Embora o ganho subjetivo seja importante para as relações sociais, deve-se resgatar que, se a ES busca a consolidação como alternativa possível ao capitalismo, a renda é um fator crucial e os empreendimentos precisam voltar seu olhar mais para o mercado e não apenas para os produtos e serviços que dispõem.

Por fim, ressalta-se que a evolução e características aqui apresentadas possam ser utilizadas como embasamento e fortalecimento da ES no município. O programa municipal de ES, apesar de possuir a Lei Municipal 10.523/2008 aprovada em 2008, em que se garante a sua continuidade, vem sofrendo alterações e/ou mudanças em seus objetivos. Destaca-se que, em 2015, o PMES completou uma década, enfrentando desafios, expectativas, avanços e revezes, sendo este o assunto tratado a seguir.

Principais avanços e desafios

Diversos avanços surgiram durante a trajetória, com destaque para o amadurecimento dos EES, que deixaram a ideia de associações produtivas para se fixarem nos princípios da ES, que se pautam por produção coletiva e não associada. Ainda se enumeram os progressos que estão em fase de desenvolvimento, mas que já representam uma conquista, como a

aquisição de carros para o programa, a criação de uma comissão específica para a questão de comercialização dos CPES, o estabelecimento de mecanismos de fomento para a compra de matéria-prima para os empreendimentos, o surgimento de novos grupos produtivos, a aprovação da Legislação Municipal em 2008 e o apoio das Universidades da cidade de Londrina, as quais foram essenciais para que houvesse o avanço e fortalecimento da ES, colaborando tanto na investigação acadêmica como promovendo a dinamização dos empreendimentos (Entrevistada E₁ e E₂).

Entretanto Borinelli et al. (2012) fazem uma ressalva para essa parceria com as universidades, dizendo que, muitas vezes, torna-se apenas um novo objeto de estudo para os pesquisadores e pouca ou nenhuma contrapartida se dá para o desenvolvimento dos empreendimentos de ES. Contudo, de acordo com a percepção das entrevistadas, a colaboração da academia parece ter sido concreta.

(...) eu acho que as universidades são grandes parceiros, incentivadores e tudo mais, em relação à política de ES, porque hoje isso é muito discutido no meio acadêmico, então eu acho que isso é um grande diferencial, essa discussão, levar esse conhecimento (E₁, trecho 0:32M:29S).

Toda vez que existem estudantes ou academia ela se interessa em aprofundar essa temática, refletir sobre a temática, entendo que é extremamente importante porque acho que traz novos elementos, acho que nessa trajetória, nessa caminhada e entendo que se a academia não estiver junto nesse processo acho que falta uma parte (E₂, trecho 0:02m:18s)

Ao mesmo tempo em que houve avanços, os desafios não são poucos; alguns estão sendo superados, outros se demonstram recorrentes. A Conaes (2014), como já citado, dá destaque a alguns desses desafios, como a precariedade de recursos e apoio às iniciativas de ES, além da marginalização das políticas de incentivo. Prochet (2009) também identifica a falta de

formalização dos grupos de geração de trabalho e renda como um entrave que reduz a integração desses empreendimentos ao mercado de consumo formal, reduzindo seu potencial de desenvolvimento. É recorrente a crítica feita à falta de uma legislação própria para a ES capaz de assegurar financiamento facilitado, infraestrutura, incentivos fiscais e tributários, além de assessoria técnica condizente com as necessidades do programa.

Entretanto, de todas as demandas, a aprovação da Lei Nacional da ES indica ser a mudança mais importante para a dinamização da ES (Schwengber, 2003). As entrevistadas reforçaram a necessidade de um marco legal específico para os empreendimentos de ES, pois eles possuem particularidades que os distinguem das demais modalidades organizacionais previstas em lei, o que os impele para a informalidade ou impõe enquadramentos forçados, como de cooperativas tradicionais, associações ou Micro Empreendedor Individual (MEI). Para a entrevistada E₂, a formalização traz um fortalecimento ao empreendimento em âmbito nacional e não apenas local. Acrescenta ainda que enquadrar um empreendimento como um MEI é descaracterizar o processo de organização coletiva e a forma de um empreendimento da ES.

Outros desafios também se concentram no fomento para a aquisição de equipamentos, acesso a linhas de crédito e a dificuldade na incorporação de procedimentos de gestão administrativa, democrática e coletiva junto aos empreendimentos. A entrevistada E₂ reforça que as linhas de crédito poderiam alavancar o alcance da autonomia, mas que, no sistema capitalista, isso é considerado como assistencialismo e não como investimento, e paradoxalmente, recuperar empresas privadas e bancos falidos por meio de crédito público é visto como atitude legítima.

Expectativas e projeções

Uma das demandas mais importantes e decisivas para a alavancagem e consolidação da ES em Londrina em longo prazo refere-se à necessidade de maior investimento. Quanto a isso, a Política de Assistência Social para o quadriênio 2014-2017 trata da ausência de espaços físicos apropriados para a produção e comercialização dos produtos da ES e da Inclusão Produtiva (Prefeitura do Município de Londrina, 2014). Em Londrina existe esse espaço, que seria o CPES, por isso não se trata apenas da ampliação mas do investimento na comercialização e do alinhamento das estratégias futuras.

Nishimura (2005, p. 166) já afirmava que:

Há necessidade do Poder Público investir mais nos grupos de geração de trabalho e renda, ou seja, a ampliação dos espaços de comercialização, produção, capacitação, incentivos para outros grupos, dotando-os, assim, de possibilidades mais concretas, sistemáticas e continuadas de efetivamente, gerar trabalho e renda.

Sendo assim, foi inaugurado o espaço Casa da Economia Solidária – Café e Arte no final de novembro de 2015. Ainda que a ampliação dos espaços de comercialização para os produtos da ES seja uma necessidade para impulsionar a sua expansão, ao se observar a realidade do CPES, facilmente se percebe o baixo valor agregado da maioria dos produtos ali comercializado, além do desalinhamento entre a necessidade de renda dos integrantes dos grupos e a capacidade instalada, ou seja, para obterem um salário mínimo por indivíduo precisaria ser comercializado um volume muito acima do atual, algo fora das possibilidades diante das limitações estruturais dos grupos e do próprio programa.

Outra questão a ser ressaltada é o descompasso de longa data entre as demandas da população e os produtos comercializados no CPES. Desde o início do programa, partiu-se de um planejamento, haja vista que se priorizou o que os grupos sabiam ou poderiam produzir, sobrepujando-se a lógica e a busca por entender o mercado e perceber o que este demandava e assim atendê-lo com maior potencial de efetividade. Esta postura não ocorreu por acaso,

mas manifesta um posicionamento revestido de forte carga ideológica, de resistência à lógica de mercado, mas que, dessa forma, “patina” e não consegue se firmar como alternativa produtiva efetiva.

Há uma forte expectativa sobre o que poderá ocorrer após a aprovação do marco legal da ES, acreditando-se que ele possa proporcionar um crescimento e um fortalecimento dos empreendimentos de ES e que se avance para um novo patamar em termos de alternativa econômica. A Lei da Economia Solidária - PL 4685/2012, poderá legitimar e fortalecer a realidade da ES e alinhá-la com as políticas públicas do Estado (Entrevistada E₁ e E₂).

Quanto às mudanças durante esse percurso, destaca-se a maneira como o programa se apresenta para a comunidade: o reconhecimento, embora ainda pequeno, vem aumentando com o tempo. A entrevistada E₁ afirma que, conquanto tenha ocorrido certo desenvolvimento nos empreendimentos ao longo do tempo, eles carecem de procedimentos de gestão mais elaborados. Desta forma, almeja-se um dia poder atuar de forma mais direta no movimento e vê-lo ganhar força e respeito da sociedade, o que inevitavelmente passa pelo apoio político.

Diante do exposto na discussão de resultados com base nas categorias analisadas, observa-se nas falas das entrevistadas que muitos delineamentos vieram de encontro à conjuntura da época e que os discursos foram sendo moldados de acordo com o momento, como no caso da desincubação, que sofreu alterações com o tempo. Também a questão da baixa renda auferida pelos empreendimentos é relativizada em nome dos ganhos subjetivos, o que de fato parece mascarar os fracos resultados econômicos do programa. Destaca-se ainda a importância da consolidação da ES como política pública e que os limites e os avanços possam adquirir caráter de reflexão para o amadurecimento e reconstrução de novos caminhos.

Considerações Finais

O estudo aqui empreendido apresenta a ES na cidade de Londrina, de forma particular o desenvolvimento do seu CPES, que hoje se apresenta com uma incoerência ao contrastar com o projeto inicial, que pretendia ser emancipatório e que hoje pouco se diferencia de outros projetos de assistência social, algo reforçado pelo fato de os coordenadores serem assistentes sociais.

Em uma década de funcionamento do programa ocorreram alguns avanços, mas o projeto primário de fomentar os empreendimentos para buscarem a autonomia econômico-financeira ainda é um sonho que parece distante de se consolidar. Chama a atenção que, de um universo de mais de oitenta grupos incubados desde o início do programa, apenas um grupo tenha sido desincubado e ganhado autonomia econômica. Observa-se que este fato tende a ser relativizado pelas entrevistadas, como se fosse algo secundário, já que outros avanços são sempre mencionados como tão ou mais importantes, geralmente ligados a fatores subjetivos de difícil apreensão.

Diante do panorama apresentado neste estudo a respeito do problema central de pesquisa, que busca analisar como vem se desenvolvendo o percurso do CPES em Londrina, verifica-se que ele foi sendo construído em passos vagarosos e que o discurso emancipatório vai ganhando novos contornos de acordo com as contingências. Dificilmente ocorre uma autocrítica sobre o que vem acontecendo com as perspectivas iniciais, que se têm distanciado do realmente efetivado. Percebe-se uma tendência recorrente de relativizar a situação e a transferir para atores externos a culpabilidade pelo fraco desempenho do programa em termos objetivos.

Não se pode perder de vista que o PMES e, conseqüentemente, o CPES buscam a geração de renda, e que é imprescindível o estímulo a esses empreendimentos para serem sustentáveis, ou o próprio conceito de ES passa a ser relativizado. A título de conclusão, cabe

destacar que, apesar de frágil, o PMES Solidária é visto como uma das alternativas de enfrentamento. Todavia, fazem-se necessárias mudanças estruturais profundas garantindo um redesenho do programa, desvinculando-o do assistencialismo para passar a ser visto como uma possibilidade real de emancipação social e econômica. Neste sentido, pesquisas futuras poderiam se aprofundar no caráter político de todo emaranhado que hoje faz parte da rede de ES.

Assim, apesar dos impasses, a ES se coloca como uma possível alternativa ao passo que, mesmo de forma assistencial, busca amparar as pessoas que a ela recorrem. Desta forma, as críticas aqui pontuadas se dirigem a uma melhor articulação do movimento, bem como a uma autocrítica a partir de seus principais atores no sentido de uma reavaliação e reflexão de sua trajetória para construção de novos caminhos.

Referências

- Amorim, A. N. (2010). *Economia solidária: princípios e contradições*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil). Recuperado de http://base.socioeco.org/docs/andressa_nunes_amorim.pdf.
- Barbosa, R. N. C. (2007). *Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Borinelli, B., Gonçalves, D. M., Dutra, I. de S., Luzio-dos-Santos, L. M., & Ferreira, T. E. da S. (2012). Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 167, 1-17.

- Carvalho, A. B. (2012). *Relatório final da pesquisa Letramento Digital, Autoria e Colaboração em Rede: os professores da educação básica e o papel das licenciaturas a distância na apropriação das tecnologias digitais*. Recuperado de <http://pesquisaletramentodigital.blogspot.com.br/2012/11/as-categorias-de-analise.html>.
- Conselho Nacional de Economia Solidária [CONAES] (2014). Contextualização e Balanço Nacional. *Conferência Nacional de Economia Solidária, 3*. Recuperado de http://www.participa.br/articles/public/0007/9338/ANEXO_I_-_Texto_de_Refer_ncia.pdf.
- Costa, O. A., & Nishimura, S. R. (2010). Centro público de economia solidária: o desafio da construção coletiva. In B. Borinelli, L. M. Luzio-dos-Santos, & S. O Pitaguari (Org.). *Economia Solidária em Londrina: Aspectos conceituais e a experiência institucional*. p. 119-36. Londrina: UEL. Recuperado de <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/2ZxZ53z230.pdf>.
- Évora, I. (2006). *Metodologia qualitativa: experiências em psicologia social. Seminários em Psicologia, Universidade Autonomia, Lisboa*.
- Gaiger, L. I. (2002). *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Recuperado de <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>.
- Germer, C. M. (2005). A 'economia solidária': uma crítica com base em marx. *Anais do Colóquio Marx e Engels, Campinas, SP, Brasil, 4*.
- Godoi, C. K., Mello, R. B. de, & Silva, A. B. (2006). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva.

- Godoy, A. S. (2006). Estudo de caso qualitativo. In C. K. Godoi, R. B. de Mello, & A. B. Silva (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 115-146). São Paulo: Saraiva.
- Lei nº 10.523, de 28 de agosto de 2008 (2008). Recuperado de <http://camara-municipal-da-londrina.jusbrasil.com.br/legislacao/358645/lei-10523-08>.
- Luzio-dos-Santos, L. M., & Borinelli, B. (2010). Economia solidária: propostas e perspectivas. In B. Borinelli, L. M., Luzio-dos-Santos, & S. O. Pitaguari (Org.). *Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional* (pp. 1-23). Londrina: EDUEL.
- Luzio-dos-Santos, L. M., Vieira, S. F. A., & Borinelli, B. (2013). Economia solidária e estratégia: entre princípios e pragmatismo. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 12(4), 261–278.
- Martos, S. R. (2013). *Economia solidária em Londrina: entre os princípios e a práxis*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
- Ministério do Trabalho e Emprego [MTE] (2004). *Termo de referência: Centros Públicos de Economia Solidária*. Recuperado de http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C1BD139012C1BEAD9D34B86/convite_CPES_2009.pdf.
- Nishimura, S. R. (2005). *Grupos de geração de trabalho e renda na construção da economia solidária em Londrina – Paraná*. (Dissertação de mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
- Pitaguari, S. O., & Câmara, M. R. G. (2010). As motivações e desafios para a consolidação da economia solidária. In B. Borinelli, L. M. L. Santos, & S. O. Pitaguari (Org.). *Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. (pp. 25-50). Londrina: Midiograf.

- Prefeitura do Município de Londrina. (2014). *Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017 - Londrina - Paraná*. Recuperado de http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/PMAS 2014-2017.pdf.
- Prochet, C. S. H. (2009). *Estudo das possibilidades jurídicas para formalização dos empreendimentos do programa de Economia Solidária de Londrina*. (Dissertação de mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
- Schwengber, Â. (2003). Economia Solidária: de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In M. Emílio, M. Teixeira, M. Nobre, & T. Godinho (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal – Coordenadoria Especial da Mulher.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES] (2012). *Avanços e desafios para as políticas de Economia Solidária no Governo Federal –2003/2010*. Brasília: MTE, SENAES.
- Severino, A. J. (2011). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação* (4a. ed.). Florianópolis: UFSC. Recuperado de https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf.
- Singer, P. (2004, maio). *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Texto para discussão. Brasília: MTE/SENAES.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2009). *A crise capitalista e a economia solidária*. Recuperado de <http://economiasocialistads.blogspot.com.br/2009/03/paul-singer-crise-capitalista-e.html>.

Sousa Santos, B., & Rodriguez, C. (2003). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In

B. S. Santos (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (pp. 23-77). Porto: Afrontamento.

Wood, E. M. (2001). *A origem do capitalismo*. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Yunus, M. (2008). *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática.